

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS VARGINHA**

NÁRRYMAN MARIANA DOS SANTOS

**A EVOLUÇÃO DA CHINA: DA AGRICULTURA TRADICIONAL À
INDUSTRIALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA MAIOR ECONOMIA DO MUNDO
NO SÉCULO XXI**

VARGINHA/MG

2025

NÁRRYMAN MARIANA DOS SANTOS

**A EVOLUÇÃO DA CHINA: DA AGRICULTURA TRADICIONAL À
INDUSTRIALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA MAIOR ECONOMIA DO MUNDO
NO SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão de PIEPEX
apresentado como parte dos requisitos
para obtenção do título de Bacharel em
Ciência e Economia, pela Universidade
Federal de Alfenas

Orientador: Prof. Dr. Fernando Batista
Pereira.

VARGINHA/MG

2025

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória do desenvolvimento econômico da China, desde sua configuração agrária até sua consolidação como uma das maiores potências industriais e tecnológicas da atualidade, com ênfase nos impactos sociais e econômicos sobre a nova classe trabalhadora. Por meio de uma revisão de literatura narrativa, foram abordados os principais eventos que marcaram essa transformação, desde a Revolução de 1949, passando pelas políticas maoístas, até as reformas estruturais implementadas a partir de 1978. Os resultados evidenciam que, apesar das dificuldades e dos retrocessos enfrentados durante os períodos do Grande Salto Adiante e da Revolução Cultural, foram nas reformas conduzidas por Deng Xiaoping que ocorreram as mudanças mais significativas. As Quatro Modernizações, associadas à abertura econômica e à criação das Zonas Econômicas Especiais, permitiram que a China alcançasse expressivo crescimento econômico, aumento da produtividade e integração ao mercado global. Esse avanço econômico, no entanto, esteve diretamente ligado à formação de uma nova classe trabalhadora, composta majoritariamente por migrantes internos oriundos do êxodo rural e da busca de viver nas ZEEs. Esses trabalhadores enfrentam desafios como baixos salários, jornadas extensas, condições precárias e acesso limitado a serviços públicos, sobretudo devido às restrições impostas pelo sistema hukou. Observou-se também que, embora o desenvolvimento tenha elevado o país à condição de segunda maior economia mundial, ele contribuiu para o aumento das desigualdades sociais e regionais, além de gerar tensões no mercado de trabalho, impactado pela automação e pela digitalização. Atualmente, a China busca reequilibrar seu modelo de desenvolvimento, com foco na expansão do mercado interno, na melhoria das condições de trabalho e na redução das desigualdades sociais, sem abrir mão do crescimento tecnológico e da competitividade global. O estudo conclui que o modelo chinês demonstra como é possível conciliar planejamento estatal e abertura de mercado para promover desenvolvimento acelerado, embora os desafios sociais e trabalhistas exijam constante revisão de políticas públicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; Classe trabalhadora; política; China.

FIGURAS

Figura 1 - Portos do Tratado da China, 1860	10
Figura 2 - Quatro Primeiras Zonas Econômicas Especiais da China	18

GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB da China de 1952 a 1978 (em milhões de yuan de 1987)	14
Gráfico 2 - Terras agrícolas e produção de bens agrícolas em milhões de toneladas (1978-1992)	17
Gráfico 3 - Disponibilidade de mão-de-obra nos centros urbanos e rurais. De 1979 a 2019.	20
Gráfico 4 - Taxas de Variação do PIB por Região (em % a.a)	20
Gráfico 5 - Estrutura do PIB chinês em preços constantes (em % do PIB)	26
Gráfico 6 - Número de trabalhadores migrantes internos na China ao longo das últimas décadas (em milhões)	27
Gráfico 7 – Evolução dos salários médios urbanos na China (2009-2021)	29

TABELAS

Tabela 1 - Terras agrícolas e produção de bens agrícolas em milhões de toneladas (1978-1992)	16
Tabela 2 - Estrutura do PIB chinês em preços constantes (em % do PIB)	21

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A EVOLUÇÃO DA CHINA RURAL DE 1950 A 1990: REVISÃO LITERÁRIA	10
2.1 A China antes da revolução de 1949.	10
2.2 Revolução Chinesa: país liderado por Mao Tse-Tung (1949 a 1976)	12
2.3 A Era Deng Xiaoping (1978–1990): reformas e desenvolvimento	15
3 CHINA DO SÉCULO XXI: A NOVA CLASSE TRABALHADORA	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos três decênios, a República Popular da China emergiu como uma das maiores potências econômicas do mundo, registrando avanços expressivos em diversos indicadores socioeconômicos e ampliando significativamente sua influência na geopolítica global (Santos, 2023). Entre 2000 e 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) chinês cresceu, de aproximadamente US\$1 trilhão, para cerca de US\$15 trilhões, consolidando o país como a segunda maior economia mundial, atrás apenas dos Estados Unidos (BCC, 2025).

Além disso, em vista de que a China possui as maiores reservas monetárias internacionais do mundo, que já superam os 3,1 trilhões de dólares, Silveira (2018, p. 15) afirma que a China “é ator fundamental em processos decisivos no mundo, tais quais ambiente, globalização e defesa”. Esse crescimento notável reflete não apenas a força econômica do país, mas também o impacto de políticas públicas ambiciosas e reformas estruturais profundas que transformaram radicalmente a economia chinesa.

Para compreender essa transformação, é necessário considerar o ponto de partida da revolução industrial e tecnológica da economia chinesa. Por séculos, a China foi essencialmente uma sociedade agrária, com uma economia baseada principalmente na agricultura de subsistência e na produção artesanal (Santos, 2023). Até meados do século XX, a maioria da população vivia no campo, dependendo de técnicas agrícolas tradicionais e enfrentando desafios como baixa produtividade, fome recorrente e infraestrutura rudimentar (Bispo; Martins; Cechin, 2021). A indústria era pouco desenvolvida, concentrando-se em setores leves como têxteis e manufaturas artesanais, enquanto as trocas comerciais internacionais eram limitadas. Essa estrutura econômica restritiva dificultava a modernização do país e limitava seu potencial de crescimento (Bispo; Martins; Cechin, 2021).

A transformação começou a tomar forma no final dos anos 1970, com a implementação das políticas de reforma e abertura, promovidas por líderes como Deng Xiaoping. Essas mudanças introduziram o conceito de "socialismo de mercado", permitindo maior flexibilidade econômica, incentivos ao investimento privado e uma gradual integração ao comércio global (Cintra; Filho; Pinto, 2017). As reformas agrárias, que descentralizaram a produção agrícola e introduziram o sistema de responsabilidade familiar, permitiram um aumento significativo na produtividade agrícola, liberando uma grande parte da força de trabalho rural para se engajar em

atividades industriais nas crescentes Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), como Shenzhen e Zhuhai (Cintra; Filho; Pinto, 2017). Estas áreas foram fundamentais para atrair investimentos estrangeiros, estimular a inovação tecnológica e acelerar a industrialização do país, consolidando a China como um dos principais polos industriais do mundo.

No entanto, essa rápida transformação econômica trouxe consigo desafios significativos. A urbanização acelerada, por exemplo, fez a taxa de população urbana na China saltar de cerca de 19,4% em 1980 para mais de 66,2% em 2024 (Statist, 2025). Enquanto a produtividade agrícola, que antes limitava o crescimento econômico, foi amplamente superada pela eficiência industrial, o setor primário reduziu sua participação no PIB de cerca de 30% em 1978 para menos de 7% atualmente (World Bank, 2021). Contudo, a rápida industrialização também gerou desigualdades, como indica o aumento do coeficiente de Gini, que passou de 0,30 nos anos 1980 para aproximadamente 0,47 em 2020, refletindo disparidades econômicas significativas entre áreas urbanas e rurais. Além disso, o sistema de registro domiciliar (*hukou*) continua a impor barreiras ao acesso de migrantes aos serviços públicos urbanos, criando uma classe trabalhadora flutuante, muitas vezes sujeita a condições precárias de trabalho e habitação.

Neste contexto, este trabalho de conclusão propõe-se a revisar a trajetória das transformações econômicas da China, desde suas raízes agrárias até sua consolidação como a maior potência industrial do século XXI, com foco especial nos impactos dessa transformação sobre a nova classe trabalhadora. Ao analisar as políticas econômicas implementadas, as reformas agrárias e industriais, e as consequências sociais da migração interna e da urbanização acelerada, busca-se oferecer uma visão atualizada e contextualizada dos caminhos percorridos pela economia chinesa e seus impactos.

Para desenvolver este estudo, foi realizada uma revisão de literatura narrativa, que, segundo Rother (2007), consiste em uma abordagem que permite explorar o tema de forma ampla e flexível, sem a necessidade de critérios rígidos e sistemáticos para a seleção e análise das fontes. Diferentemente das revisões sistemáticas, a revisão narrativa não se limita a métodos preestabelecidos de coleta e análise de dados, permitindo ao pesquisador incorporar uma variedade mais diversificada de fontes, incluindo artigos científicos, livros, relatórios institucionais e outros materiais acadêmicos, com o objetivo de contextualizar o tema de forma abrangente (Rother,

2007).

A estrutura deste trabalho é composta por quatro seções, além desta introdução. A segunda seção aborda o processo evolutivo da China entre os períodos de 1950 a 1990. Na terceira, é apresentado o contexto da nova classe trabalhadora no século XXI. Por fim, as considerações finais sintetizam os resultados e apontam possíveis recomendações.

2 A EVOLUÇÃO DA CHINA RURAL DE 1950 A 1990: REVISÃO LITERÁRIA

2.1 A China antes da revolução de 1949.

Nos períodos que precederam à Revolução Comunista Chinesa (1911-1949), o país era marcado por uma economia essencialmente agrária, caracterizada pela baixa produtividade, infraestrutura limitada e fortes desigualdades sociais (Sousa, 2025). Essa fase pré-revolucionária foi moldada por séculos de dependência econômica, conflitos internos e intervenções estrangeiras, que comprometeram seu desenvolvimento e a integridade territorial (BBC, 2019).

A partir do século XIX, a China enfrentou uma série de conflitos que desencadearam essa situação precária em seu cenário econômico e social. Entre eles há as Guerras do Ópio (1839-1860), travadas contra o Império Britânico e outras potências ocidentais, que resultaram na perda de Hong Kong e na assinatura de tratados desiguais que abriram os portos chineses ao comércio estrangeiro forçado, drenando recursos e enfraquecendo a economia nacional (The National Archive, 2025). Essas concessões comprometeram a soberania econômica da China, criando enclaves estrangeiros que operavam com pouca interferência do governo central, como nas cidades portuárias de Xangai e Guangzhou (Higa, 2025).

Figura 1 - Portos criados a partir do Tratado da China, 1860



Fonte: Asia Pacific Curriculum (2025)

A figura 1 é um mapa da costa leste da China que mostra os principais portos abertos ao comércio estrangeiro após as Guerras do Ópio. Os símbolos representam os portos que estão atrelados à primeira e à segunda guerra do ópio.

Esses portos se tornaram zonas comerciais sob controle parcial das potências

ocidentais, permitindo que comerciantes estrangeiros operassem com poucos ou nenhum imposto, enfraquecendo a soberania econômica da China e contribuindo para décadas de instabilidade econômica e política (Asia Pacific Curriculum, 2025).

Posteriormente, ocorreu a invasão japonesa da Manchúria, em 1931, e a subsequente Guerra Sino-Japonesa, entre o período de 1937 a 1945, que causaram danos econômicos e humanos devastadores (Neves, 2025). A invasão japonesa da Manchúria teve impactos econômicos significativos para a China. Durante a chamada "Década de Nanquim" (1927–1937), a China experimentava um período de crescimento econômico e modernização. No entanto, a ocupação da Manchúria interrompeu esse progresso (Neves, 2025). A Manchúria, sob controle japonês, foi transformada em um centro industrial voltado para os interesses do Japão, com a implementação de políticas de industrialização forçada que excluíam a participação chinesa e exploravam a mão de obra local (Neves, 2025). Além disso, a invasão agravou a instabilidade política e econômica na China, contribuindo para a intensificação dos conflitos internos e preparando o cenário para a eclosão da Segunda Guerra Sino-Japonesa em 1937 (Neves, 2025).

A ocupação japonesa da Manchúria não apenas comprometeu a integridade territorial da China, mas também expôs a fragilidade do governo nacionalista de Chiang Kai-shek (1928-1949), que enfrentava dificuldades para conter a expansão japonesa e manter a coesão interna do país. A perda da Manchúria representou uma significativa redução na capacidade econômica e industrial da China, afetando negativamente sua posição no cenário internacional e sua capacidade de resistir a futuras agressões (Schoppa, 2011).

Com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial em 1945, a China mergulhou em uma sangrenta guerra civil entre os nacionalistas do Kuomintang (KMT) e os comunistas liderados por Mao Tse-Tung. Esse conflito, que se estendeu até 1949, consumiu ainda mais os escassos recursos do país e devastou sua infraestrutura (Spence, 2017). Quando os comunistas finalmente assumiram o poder em 1949, a China emergiu como uma nação empobrecida, com uma economia agrária fragmentada e uma infraestrutura severamente danificada.

Assim, a China entrou na década de 1950 com desafios econômicos profundos, incluindo a reconstrução das áreas devastadas pela guerra, a modernização da agricultura e a criação de uma base industrial sólida que pudesse sustentar seu desenvolvimento futuro (Spence, 2017). Esses desafios seriam abordados nas

décadas seguintes, com uma série de reformas políticas e econômicas que transformariam o país em uma das maiores potências econômicas do mundo.

2.2 Revolução Chinesa: país liderado por Mao Tse-Tung (1949 a 1976)

Após a Revolução Chinesa de 1949, a era Mao Tsé-Tung foi marcada por transformações profundas na estrutura econômica da China, caracterizadas por políticas de promoção de industrialização acelerada e mobilizações sociopolíticas de grande escala (Milare; Diegues, 2012). Duas iniciativas emblemáticas desse período, o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural, tiveram impactos significativos na economia chinesa, tanto em termos de desenvolvimento quanto de retrocessos (Vidal, 2024).

Antes de realizar a abordagem dessas importantes iniciativas, é necessário conceituar o que são os planos quinquenais que serão citados na história econômica da China e que ainda são utilizados nos dias atuais. Estes são instrumentos de planejamento econômico centralizado que definem metas e diretrizes para o desenvolvimento de setores estratégicos ao longo de um período de cinco anos (Bispo; Martins; Cechin, 2021). Originados na União Soviética (URSS) na década de 1920, esses planos foram adotados pela China a partir de 1953, após a fundação da República Popular em 1949, sob forte influência do modelo soviético de economia planificada (Ungarreti, 2021).

Na China, os planos quinquenais são elaborados pelo governo central e funcionam como diretrizes estratégicas para a alocação de recursos, o direcionamento de investimentos e o estímulo a áreas prioritárias como a agricultura, a indústria, a infraestrutura e a inovação tecnológica (Bispo; Martins; Cechin, 2021). Eles são utilizados como instrumento para assegurar a estabilidade econômica, coordenar políticas públicas em larga escala e alcançar metas de longo prazo, especialmente em um sistema político que não opera sob as lógicas de mercado típicas do modelo ocidental (Bispo; Martins; Cechin, 2021).

Embora cada liderança possa imprimir sua marca na condução política, os planos quinquenais seguem uma lógica institucionalizada de continuidade e estabilidade. Isso ocorre porque, na estrutura do regime chinês, o planejamento centralizado é uma ferramenta de governança coletiva do Partido Comunista, e não uma iniciativa exclusivamente pessoal do líder em exercício (Barbosa; Dabat, 2015). Assim, mesmo com mudanças no comando, os planos mantêm seu papel orientador,

garantindo uma transição mais coesa entre ciclos de liderança e evitando rupturas abruptas nas diretrizes de desenvolvimento nacional (Barbosa; Dabat, 2015).

O Grande Salto Adiante, lançado em 1958, foi uma campanha ambiciosa que visava transformar a China de uma economia agrária em uma potência industrial socialista (Vidal, 2024). O segundo plano quinquenal estabeleceu metas irreais de produção, especialmente na indústria pesada e na agricultura. De acordo com Geromel (2019), para a implementação desta campanha, promovendo simultaneamente a modernização da indústria pesada e a coletivização do campo, todo o território chinês foi reorganizado em comunas populares. Nessas unidades coletivas, os indivíduos entregavam seus bens pessoais, como ferramentas e animais, para que fossem de uso comum (Geromel, 2019). O trabalho era realizado em prol da coletividade, e a vida cotidiana dos cidadãos passou a ser administrada pelas próprias comunas, em que o Estado oferecia infraestrutura como escolas, creches e locais destinados aos idosos, permitindo que toda a população adulta se dedicasse ao trabalho (Geromel, 2019).

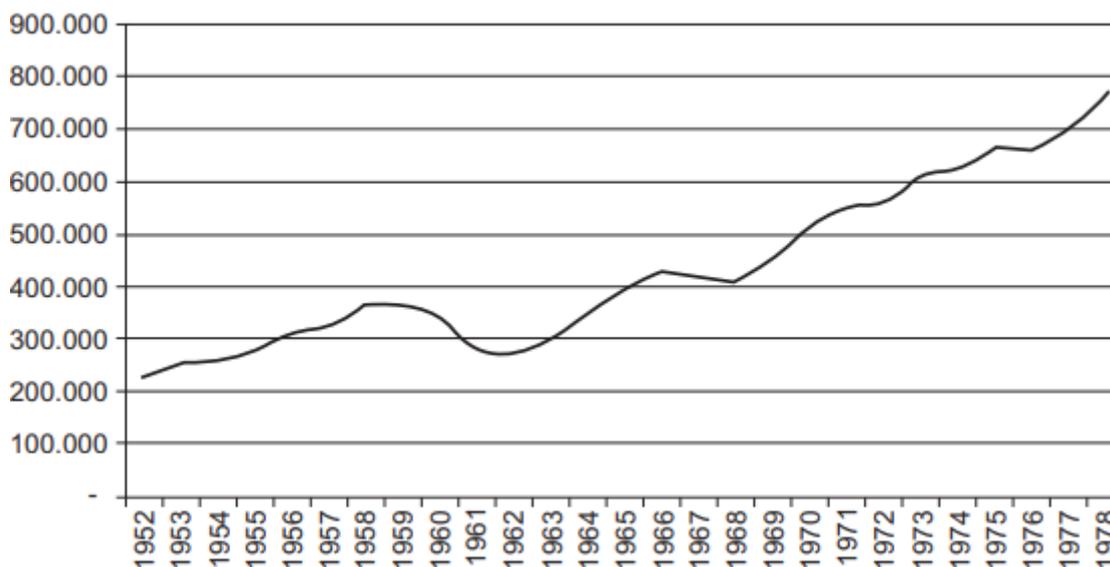
No entanto, a falta de planejamento adequado, combinada com a pressão por resultados e a manipulação de dados, levou a uma série de falhas. A produção agrícola despencou devido à má gestão e à mobilização forçada da mão de obra para projetos industriais improvisados, como a produção de aço em fornos caseiros (Vidal, 2024). Essas políticas resultaram em uma das maiores catástrofes humanitárias do século XX, com estimativas de mortes por fome variando entre 10 e 45 milhões de pessoas (BBC, 2019):

(...) não obstante as escalas dos mercados regionais, a economia chinesa já estava estruturada em torno de um forte comércio inter-regional. Como a descentralização produtiva não foi acompanhada por nenhuma coordenação das diversas atividades produtivas, o sistema econômico entrou rapidamente em colapso. Os resultados dessas mudanças na organização da produção foram trágicos: o segundo plano quinquenal (1957-1962) não foi implementado, a produção agrícola de 195 milhões de toneladas de grãos em 1957 reduzira-se para menos de 150 milhões de toneladas em 1960. Alguns analistas reportam que de 10 a 30 milhões de pessoas morreram devido a desestruturação da produção agrícola e seus consequentes impactos na produção industrial (...). (Ruiz, 2006, apud Milaré; Diegues, 2012, documento eletrônico)

Apesar das dificuldades enfrentadas, a estratégia de planejamento econômico centralizado adotada durante o governo Mao Tsé-Tung teve um papel relevante na consolidação de uma marca essencial do modelo chinês: a forte presença do Estado na condução dos investimentos. Embora os resultados econômicos imediatos após o

fracasso do Grande Salto Adiante tenham sido negativos, a análise deste período em sua totalidade revela um ciclo de crescimento significativo, marcado por um intenso processo de industrialização.

Gráfico 1 – PIB da China de 1952 a 1978 (em milhões de yuan de 1987 - preços constantes)



Fonte: Milaré; Diegues (2012).

No gráfico 1, estão dados sobre o PIB da China, expressos em milhões de yuan, no período de 1952 a 1979, que demonstram que, mesmo com retrações pontuais, tratando-se especialmente do momento do Grande Salto e durante os primeiros anos da Revolução Cultural, a economia manteve uma trajetória de alta, com um crescimento médio real anual acima de 4%.

A Revolução Cultural Chinesa, que teve a sua duração de 1966 a 1976, outra campanha liderada por Mao, foi criada com o objetivo de reafirmar seu controle sobre o Partido Comunista da China (PCC) e revitalizar o espírito revolucionário socialista (Vidal, 2024). Após o fracasso do Grande Salto Adiante, que resultou em uma grave crise econômica e fome generalizada, Mao viu sua liderança questionada dentro do partido. Assim, para recuperar sua influência e eliminar elementos que considerava desviantes da ideologia socialista, Mao mobilizou a juventude chinesa, formando os Guardas Vermelhos, compostos principalmente por estudantes. Esses grupos foram incentivados a combater os "Quatro Velhos", que, de forma geral, visava combater velhas ideias, cultura, costumes e hábitos, e a purgar elementos considerados burgueses ou contrarrevolucionários da sociedade (Geromel, 2019).

Durante esse período, houve uma intensa campanha de perseguição a intelectuais, como: professores, artistas e outros profissionais, muitos dos quais foram humilhados publicamente, presos ou enviados para trabalhos forçados no campo (Lyrio, 2010). A economia chinesa sofreu severamente: a produção industrial caiu, escolas e universidades foram fechadas, e a infraestrutura cultural do país foi amplamente destruída (BBC, 2024). A Revolução Cultural deixou um legado de trauma e estagnação econômica, sendo amplamente reconhecida como um dos períodos mais tumultuados da história recente da China (Lyrio, 2010).

Pode-se afirmar que os alicerces da industrialização chinesa começaram a ser construídos ainda sob a liderança de Mao Tsé-Tung, mesmo que no final de sua liderança os impactos no país tenham sido mais negativos que positivos, pois em 1978 a indústria já representava uma parcela expressiva da economia nacional, respondendo por cerca de 36% do PIB (Milaré; Diegues, 2012). Apesar das limitações tecnológicas e do caráter defasado de muitas estruturas produtivas, os esforços promovidos por Mao resultaram na consolidação de uma base industrial significativa que mesmo com suas deficiências, foi essencial para que Deng Xiaoping pudesse implementar, nos anos seguintes, um processo eficaz de modernização econômica.

2.3 A Era Deng Xiaoping (1978–1990): reformas e desenvolvimento

Sob a liderança de Deng Xiaoping, que assumiu o poder após a morte de Mao em 1976, a China embarcou em uma série de reformas que culminaram no início da "Era das Quatro Modernizações" (Sperancete, 2021). Embora as Quatro Modernizações tenham sido propostas inicialmente por Zhou Enlai na década de 1960, sua implementação prática ganhou impulso somente após a ascensão de Xiaoping ao poder (Trindade, 2014).

A Era das Quatro Modernizações diz respeito a um conjunto de políticas econômicas e tecnológicas destinadas à atualização e ao avanço da agricultura, indústria, ciência e tecnologia, bem como da defesa nacional na China (Trindade, 2014). O foco principal dessas iniciativas era promover e acelerar a industrialização da economia chinesa. Esse objetivo estava integrado à gestão macroeconômica do país, que visava não apenas fomentar o crescimento dos quatro setores estratégicos que englobam agricultura, educação, indústria e a tecnologia, mas também prevenir a formação de entraves estruturais capazes de comprometer o progresso contínuo das reformas (Sperancete, 2021).

A primeira era foi dada no campo, ocasionando a segunda revolução rural na China. A principal mudança consistiu na substituição do sistema de comunas populares por um modelo que atribuía às famílias de agricultores o direito de explorar economicamente parcelas de terra, sem, contudo, transferir a propriedade, que continuava coletiva (Crema, 2020). Esse novo arranjo, conhecido como Sistema de Responsabilidade Familiar, buscava incentivar a produtividade, ao permitir que os agricultores retivessem os excedentes após o cumprimento de cotas obrigatórias com o Estado (Bispo; Martins; Cechin, 2021). Essa medida resultou em um aumento expressivo na produção agrícola, com taxas anuais de crescimento estimadas em cerca de 7,7%, especialmente na produção de grãos (Bispo; Martins; Cechin, 2021).

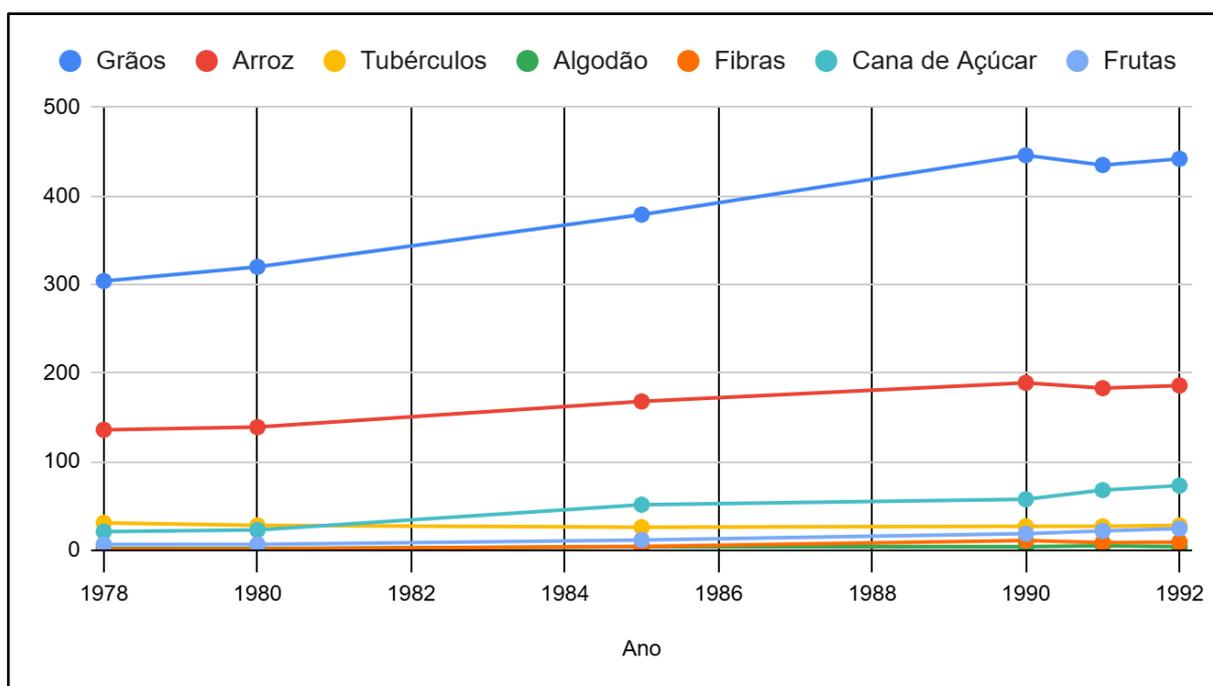
A Tabela 1 e o Gráfico 2 evidenciam o crescimento expressivo na produção de grãos na China entre 1978 e 1992, período em que os volumes produzidos alcançaram cerca de 440 milhões de toneladas. Esse desempenho foi acompanhado por aumentos significativos na produção de arroz, cana-de-açúcar, fibras, algodão e frutas, refletindo os efeitos positivos das reformas no setor agrícola. Em contrapartida, os tubérculos apresentaram uma leve queda nesse intervalo, sugerindo mudanças no padrão produtivo e nas prioridades do cultivo agrícola.

Tabela 1 - Terras agrícolas e produção de bens agrícolas em milhões de toneladas (1978-1992)

Ano	Grãos	Arroz	Tubérculos	Algodão	Fibras	Cana de Açúcar	Frutas
1978	304	136	31	2	1,3	21,1	6,6
1980	320	139	28	2	1,4	22,8	6,7
1985	379	168	26	4	4,4	51,5	11,6
1990	446	189	27	4	10,9	57,6	18,7
1991	435	183	27	5	8,8	67,9	21,8
1992	442	186	28	4	9,3	73	24,4

Fonte: Chinese Statistical Yearbook (apud Sperancete, 2021).

Gráfico 2 - Terras agrícolas e produção de bens agrícolas em milhões de toneladas (1978-1992)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Chinese Statistical Yearbook (apud Sperancete, (2021)

Mesmo com o novo modelo de gestão fundiária, os agricultores continuavam obrigados a vender parte de sua produção ao Estado a preços inferiores aos praticados no mercado (Escher; Schneider, 2023). Essa medida, apesar de restritiva, era vista como necessária para garantir o abastecimento interno e o controle sobre os preços dos alimentos. Contudo, a pequena escala produtiva e a limitação no acesso à informação de mercado dificultavam a capacidade dos produtores de atuar de forma competitiva nas trocas comerciais (Escher; Schneider, 2023).

Dando continuidade ao amplo projeto de reestruturação nacional iniciado no final da década de 1970, a segunda área contemplada pelas Quatro Modernizações foi o setor industrial (Sperancete, 2020). Após o avanço inicial na agricultura, o foco voltou-se para a revitalização da indústria chinesa, que enfrentava sérias deficiências após anos de rigidez ideológica e baixo desempenho produtivo durante o período maoísta (Heilmann; Shih, 2013). A nova diretriz buscava tornar o setor industrial mais dinâmico e eficiente, por meio da descentralização administrativa, maior autonomia das empresas estatais e estímulo à incorporação de tecnologias modernas (Heilmann; Shih, 2013). A prioridade era transformar a indústria em um motor de crescimento econômico capaz de sustentar a modernização das demais áreas estratégicas do país

(Sperancete, 2020).

O processo de modernização industrial buscou superar a baixa produtividade, a ineficiência administrativa e a escassez tecnológica que limitavam o crescimento do setor (Sperancete, 2020). Para tanto, foram adotadas medidas como a concessão de maior autonomia às empresas estatais, que passaram a atuar sob um sistema de responsabilidade contratual (Sperancete, 2020). Nesse modelo, as empresas eram responsáveis por cumprir metas de produção e poderiam reter parte dos lucros excedentes, o que incentivava a eficiência e a inovação interna (Silveira, 2018). Simultaneamente, foi estimulada a atração de investimentos estrangeiros por meio da criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) em cidades como Shenzhen, que serviram como áreas-piloto para a experimentação de políticas econômicas mais flexíveis, comércio exterior ampliado e incorporação acelerada de tecnologias (Morais, 2011). A figura 2 tem como objetivo evidenciar quais foram as ZEEs criadas e a sua distribuição em todo o território chinês.

Figura 2 - Quatro Primeiras Zonas Econômicas Especiais da China



Fonte: Oliveira (2011).

Essa estratégia de reforma gradual permitiu que o setor industrial se tornasse

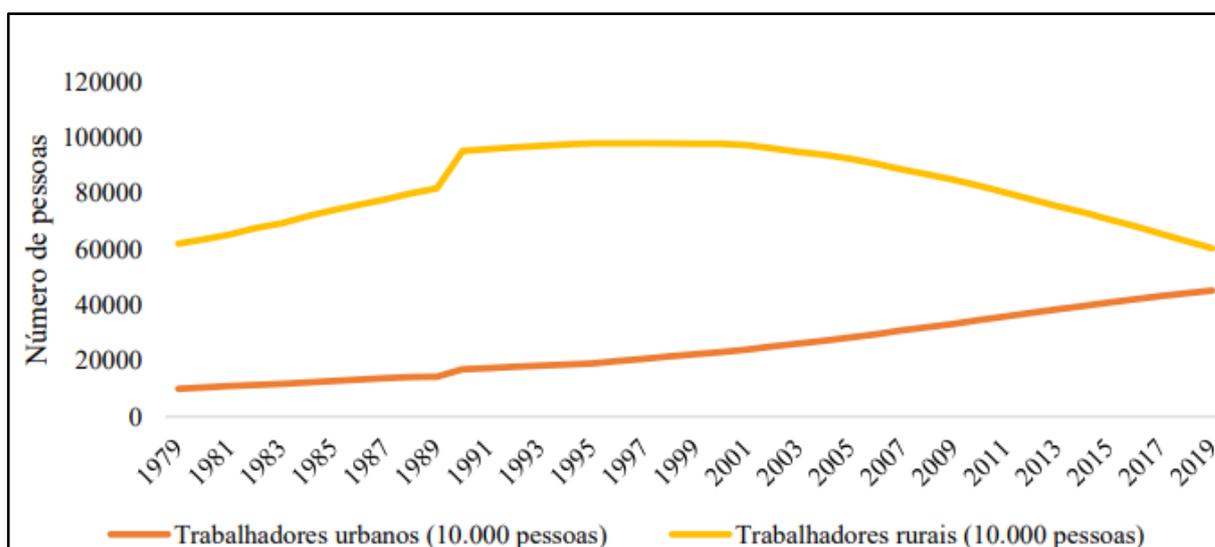
um dos principais motores do crescimento econômico chinês nas décadas seguintes (Silveira, 2018). A diversificação da produção industrial, com o fortalecimento de setores tradicionais e o surgimento de segmentos de alta tecnologia como eletrônicos e telecomunicações, aumentou a capacidade competitiva da China no mercado global (Cintra; Filho; Pinto, 2017).

A “política de portas abertas” proporcionou, pelo seu modelo de funcionamento, a abertura econômica, a liberalização do comércio exterior, o avanço tecnológico, o desenvolvimento e produção industrial em larga escala e a entrada de investimentos estrangeiros na China. Estes elementos foram importantes para o crescimento estável e organizado, por meio dos Planos Quinquenais, da economia chinesa, assim como, por alçá-la a posição de maior produtora industrial e conseqüentemente sua maior participação na estrutura econômica mundial ao longo dos séculos XX e XXI (Santos, 2023).

Além disso, o crescimento industrial possibilitou a absorção da mão de obra excedente oriunda do campo, facilitando o processo de urbanização e a transformação socioeconômica do país, ocasionando a intensa geração de empregos, motivada pela instalação de fábricas e indústrias estrangeiras que exigiam tanto mão de obra especializada quanto trabalhadores em funções operacionais básicas (Nunes, 2014). Para atuar nesses territórios, empresas internacionais eram obrigadas a formar parcerias com firmas locais, fossem estatais ou privadas, por meio de acordos conhecidos como Joint Ventures, um modelo comum em economias em transição (Nunes, 2014).

Do ponto de vista das multinacionais, a abertura econômica promovida pelo governo chinês por meio das ZEEs representou uma oportunidade estratégica (Silveira, 2018). Os atrativos incluíam o fácil acesso a uma força de trabalho numerosa e de baixo custo, disponibilidade de matérias-primas, infraestrutura logística voltada à exportação, além da possibilidade de acessar o vasto mercado interno chinês com menos barreiras tarifárias e aduaneiras (Oliveira, 2011). Outro incentivo relevante era a concessão de benefícios fiscais, como a isenção de impostos sobre a importação de equipamentos e insumos industriais, o que tornava o ambiente de negócios ainda mais favorável ao capital estrangeiro (Oliveira, 2011). Com isso, é possível visualizar o aumento da disponibilidade da mão-de-obra nos centros urbanos no gráfico 3:

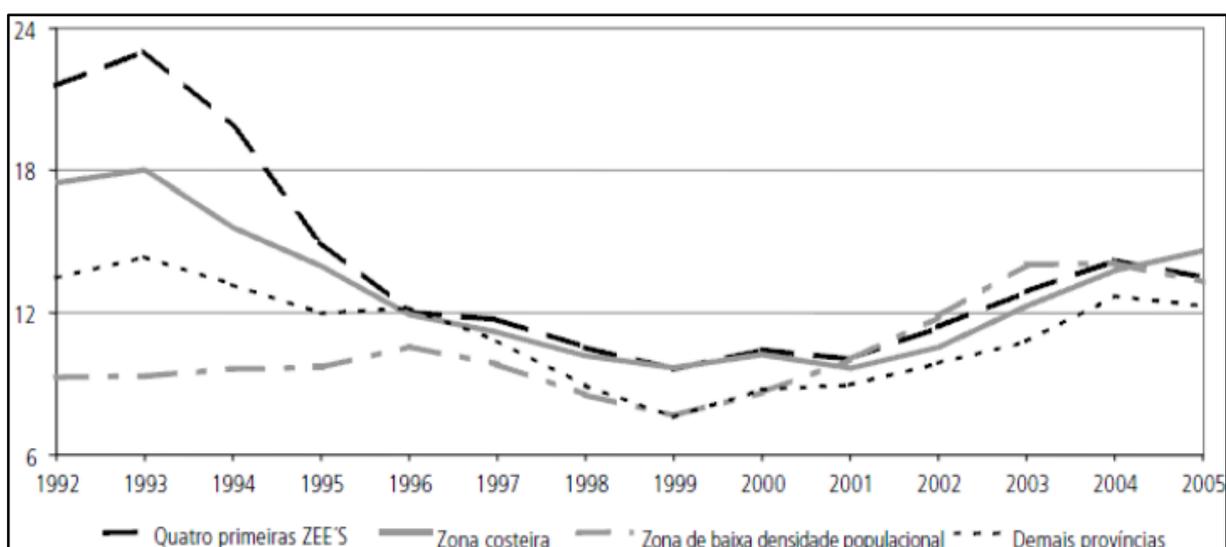
Gráfico 3 - Disponibilidade de mão-de-obra nos centros urbanos e rurais de 1979 a 2019



Fonte: National Bureau of Statistics of China (apud Bispo; Martins; Cechin, 2021).

Entretanto, o caminho não foi isento de desafios. A descentralização gerencial e a abertura ao investimento estrangeiro exigiram adaptações institucionais e regulatórias, e houve desigualdades regionais marcantes, com as áreas das ZEEs crescendo muito mais rapidamente que o interior do país. Ademais, a coexistência entre planejamento estatal e elementos de mercado gerou tensões e a necessidade constante de ajustes nas políticas para manter o equilíbrio entre controle político e eficiência econômica.

Gráfico 4 - Taxas de Variação do PIB por Região de 1992 a 2005 (em % a.a)



Fonte: National Bureau of Statistics (apud Oliveira, 2011).

O gráfico 4 evidencia a evolução do produto interno bruto entre os anos de 1992

e 2005, comparando as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) com outras regiões da China. Observa-se que, nos primeiros anos após a abertura econômica e a implementação das ZEEs, especialmente no início da década de 1990, a diferença no desempenho econômico entre essas áreas e o restante do país era mais acentuada. Entretanto, ao longo do tempo, essa disparidade foi sendo reduzida. A partir de 2001, algumas regiões costeiras chegaram a apresentar taxas de crescimento superiores às das próprias ZEEs, enquanto as províncias do interior e do norte passaram a registrar ritmos de expansão mais próximos aos das regiões mais dinâmicas.

Os impactos dessas reformas na indústria foram significativos, não apenas no crescimento do PIB chinês, mas também na transformação estrutural da economia, que deixou de ser predominantemente agrária para tornar-se uma potência industrial e exportadora global (Morais, 2011).

Tabela 2 - Estrutura do PIB chinês em preços constantes (em % do PIB) entre os anos 1890 e 1995

Setor	1890	1952	1978	1995
Agricultura, pesca e floresta	68,5	58,6	33,7	23,2
Indústria	8,1	9,9	34,7	41,1
Construção	1,7	1,7	3,3	5,8
Transporte e comunicação	5,5	2,4	3,5	5,2
Comércio e restaurantes	8,2	6,5	5	7,3
Outros serviços (incl. governo)	8	20,9	19,7	17,4

Fonte: Maddison (apud Moraes, 2011).

A tabela 2 A mostra a transformação da economia chinesa entre 1890 e 1995, destacando mudanças importantes na composição do PIB. A participação da agricultura, pesca e floresta caiu de 68,5% para 23,2%, enquanto a indústria passou de 8,1% para 41,1%. Esse crescimento industrial, sobretudo após as reformas iniciadas em 1978, evidencia o avanço da modernização e a redução da dependência do setor primário. Áreas como construção civil, comércio e serviços também aumentaram sua participação, indicando uma economia mais diversificada e voltada para setores urbanos e produtivos.

A terceira das Quatro Modernizações, voltada para o avanço da ciência e tecnologia, assumiu um papel central no projeto de reconstrução nacional chinês

(Sperancete, 2021) Após a priorização da agricultura e da indústria, o governo chinês compreendeu que o desenvolvimento científico e tecnológico era indispensável para sustentar o crescimento econômico de longo prazo, aumentar a competitividade internacional da China e superar décadas de estagnação intelectual provocada pela Revolução Cultural, período em que muitos intelectuais, professores e cientistas foram perseguidos, criando um vazio técnico que impactou negativamente a capacidade de inovação do país (Sperancete, 2021).

Com o slogan “A ciência e a tecnologia são forças produtivas primárias”, Deng inaugurou uma nova visão para a modernização tecnológica, centrada na reabilitação das universidades, na valorização dos quadros técnicos e científicos, e na ampliação do intercâmbio internacional (Costa, 2013). Entre as primeiras medidas, destacam-se o restabelecimento do sistema universitário e da Academia Chinesa de Ciências, bem como o envio em massa de estudantes e pesquisadores ao exterior, principalmente para os Estados Unidos e Europa, com o intuito de absorver tecnologias e métodos de pesquisa avançados (Marti, 2021).

Outro ponto de inflexão importante foi o fortalecimento dos Institutos de Pesquisa Aplicada (Medeiros, 2012). Nesse contexto, a ciência e a tecnologia deixaram de ser vistas como áreas meramente acadêmicas e passaram a ser tratadas como instrumentos de modernização econômica e poder estratégico do Estado (Medeiros, 2012).

A criação do plano 863, lançado em 1986, foi outro marco importante nessa era. Trata-se de um programa nacional de alto nível voltado para o desenvolvimento de tecnologias de ponta, incluindo áreas como informática, biotecnologia, automação, novos materiais e aeroespacial (China, 2025). Essa iniciativa demonstrou o esforço deliberado do Estado em reverter sua dependência tecnológica do exterior, fomentando a inovação doméstica e o desenvolvimento de setores estratégicos (Sperancete, 2021).

Os resultados começaram a se tornar visíveis a partir dos anos 1990, com o fortalecimento da capacidade de pesquisa e desenvolvimento (P&D), a emergência de empresas tecnológicas nacionais como a Huawei e a Lenovo, e o crescimento acelerado da produção científica chinesa (Merino; Bilmes; Barrenengoa, 2024). Esses avanços evidenciam o papel crucial da ciência e da tecnologia no processo de transformação da China em uma potência global (Merino; Bilmes; Barrenengoa, 2024).

A quarta e última das Quatro Modernizações delineadas no plano de reformas de Deng Xiaoping referia-se à modernização da defesa nacional, em especial das Forças Armadas chinesas (Sperancete, 2021). Após décadas de foco na ideologização e na guerra de guerrilha durante a era maoísta, a estrutura militar da China mostrava-se obsoleta, com equipamentos ultrapassados, pouca capacitação tecnológica e doutrinas ineficazes frente às novas realidades geopolíticas e tecnológicas do final do século XX (Medeiros, 2012).

Deng Xiaoping reconhecia a importância de uma força militar moderna não apenas para proteger a soberania nacional, mas também como um componente estratégico do desenvolvimento econômico e científico (Cintra; Filho; Pinto, 2017). No entanto, diferentemente das outras modernizações, a reforma das forças armadas foi planejada para ocorrer de forma mais lenta e gradual (Cintra, Filho; Pinto, 2017). Isso se deu em função da prioridade conferida inicialmente à agricultura, à indústria e à ciência e tecnologia, áreas vistas como fundamentais para assegurar os recursos e a base material necessários para sustentar um processo consistente de modernização militar (Cintra, Filho; Pinto, 2017).

A partir dos anos 1980, o governo chinês iniciou uma profunda reestruturação das forças armadas, com foco na redução do contingente militar, na profissionalização do Exército de Libertação Popular (ELP) e na introdução de tecnologias militares avançadas (Trindade, 2014). Deng defendeu a ideia de um “exército menor, mas mais eficaz”, orientado por critérios técnicos e científicos, e não mais por princípios ideológicos (Trindade, 2014). Isso implicou a adoção de novas doutrinas militares, investimentos em pesquisa e desenvolvimento bélico, e o incentivo à transferência tecnológica para uso dual, tanto militar quanto civil (Trindade, 2014).

Os impactos dessa modernização começaram a se evidenciar nas décadas seguintes, com o fortalecimento do aparato militar chinês, o aumento da capacidade de projeção internacional e o reposicionamento estratégico da China como uma potência não apenas econômica, mas também militar (Dornelles Jr, 2014). Em suma, a modernização da defesa nacional consolidou-se como um eixo central da política de segurança e da afirmação internacional da China contemporânea, ainda que subordinada, em um primeiro momento, ao avanço das reformas econômicas (Dornelles Jr, 2014).

Outra vertente estratégica promovida por Deng Xiaoping, embora não formalmente inserida entre as Quatro Modernizações, foi a reestruturação do sistema

educacional, com ênfase na formação técnica e científica (Sperancete, 2021). Ciente de que o avanço agrícola e industrial exigiria capital humano qualificado, o governo passou a investir na modernização das universidades e institutos técnicos, bem como na ampliação de programas de intercâmbio acadêmico com países ocidentais (Trindade, 2014). Milhares de estudantes chineses foram enviados ao exterior para aprender tecnologias avançadas e métodos de gestão modernos, retornando posteriormente para contribuir com o desenvolvimento nacional. Internamente, foram criados centros de pesquisa aplicada e incentivado o ensino técnico-profissional, com foco na engenharia, ciência dos materiais, eletrônica e informática (Oliveira; Silva, 2022). Essa medida foi crucial para sustentar os avanços da modernização tecnológica e industrial da China nas décadas seguintes, fornecendo a base humana para a absorção e domesticação de tecnologias importadas (Oliveira; Silva, 2022).

A ascensão de Deng Xiaoping ao poder marcou uma inflexão teórica importante no discurso e na prática do socialismo chinês. Diferentemente da ortodoxia maoísta, Deng propôs uma concepção pragmática do socialismo, sintetizada em sua célebre máxima: “não importa se o gato é preto ou branco, contanto que cace ratos” (Geromel, p.74, 2019). Com isso, defendia que políticas tradicionalmente associadas à economia de mercado, como a livre iniciativa, o investimento estrangeiro e a meritocracia produtiva, poderiam ser utilizadas como instrumentos para o fortalecimento do socialismo com características chinesas (Vieira, 2024). Essa redefinição ideológica teve papel crucial ao permitir a implementação das reformas econômicas sem um rompimento direto com os fundamentos do Partido Comunista Chinês (Martine, 2019). A reorientação discursiva de Deng não apenas assegurou legitimidade interna ao novo ciclo reformista, mas também articulou uma narrativa que unificava desenvolvimento econômico e continuidade política (Martine, 2019). Dessa forma, o pragmatismo econômico passou a conviver com o controle político centralizado, criando um modelo híbrido que ainda caracteriza a China contemporânea (Geromel, 2019).

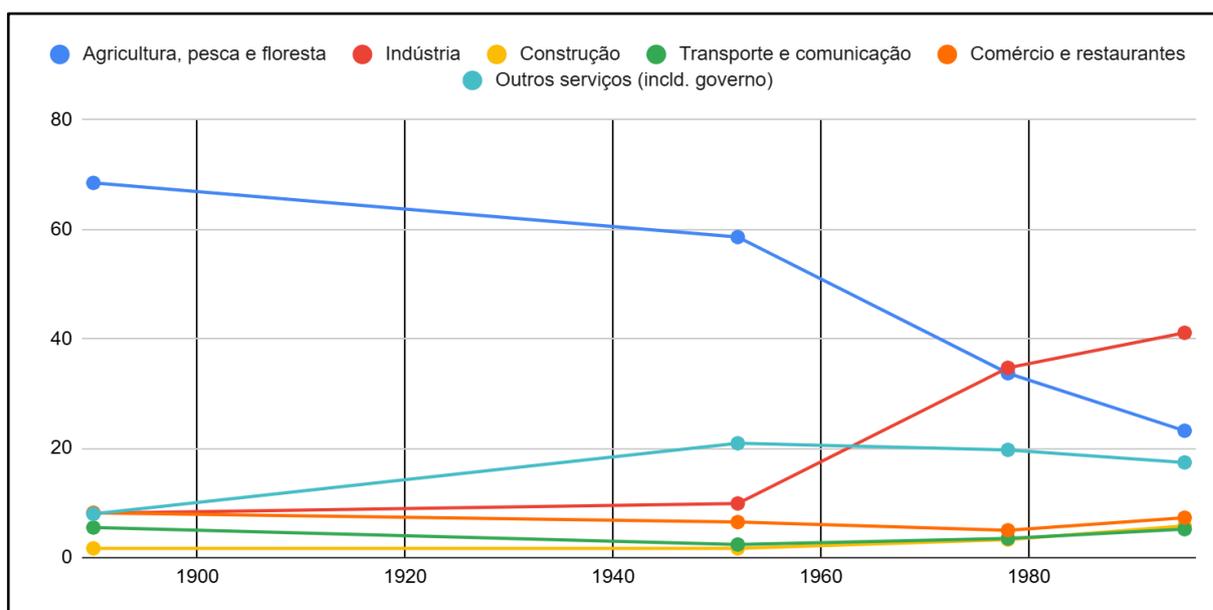
O período compreendido entre 1978 e 1990, sob a liderança de Deng Xiaoping, representou uma profunda inflexão no modelo de desenvolvimento chinês, caracterizada por um processo de transição de uma economia centralmente planejada para uma economia orientada ao mercado, embora ainda sob o controle do Estado e do Partido Comunista. As reformas implementadas nesse intervalo não apenas resultaram em taxas aceleradas de crescimento econômico, mas também promoveram a inserção gradual da China no sistema capitalista global, tornando-se,

nas décadas seguintes, um dos principais polos produtivos do mundo. As inovações institucionais, a abertura ao capital estrangeiro, o estímulo à inovação tecnológica e a redefinição ideológica do socialismo com características chinesas formaram os pilares desse novo ciclo desenvolvimentista. Contudo, os avanços macroeconômicos vieram acompanhados de novas contradições sociais, especialmente visíveis nas transformações do mundo do trabalho. A flexibilização das relações laborais, a reestruturação do setor industrial e o afrouxamento dos mecanismos de seguridade social começaram a gerar impactos profundos sobre a classe trabalhadora, cujos efeitos se intensificaram nas décadas seguintes.

3 CHINA DO SÉCULO XXI: A NOVA CLASSE TRABALHADORA

Até o final dos anos 1970, a China era essencialmente uma economia agrária, onde cerca de 80% da população vivia e trabalhava no campo, inserida em um sistema agrícola coletivizado que limitava a produtividade e o desenvolvimento econômico (Escher; Schneider, 2023). A maior parte da mão de obra estava alocada em atividades de baixa produtividade, com subsistência precária, o que mantinha a China em um estágio de atraso em relação às economias industrializadas (Sperancete, 2021). Segundo Morais (2011), em 1978, a contribuição do setor agrícola para o PIB chinês ainda era superior a 28%, refletindo a estrutura primária da economia daquela época, como evidenciado no gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Estrutura do PIB chinês em preços constantes (em % do PIB)

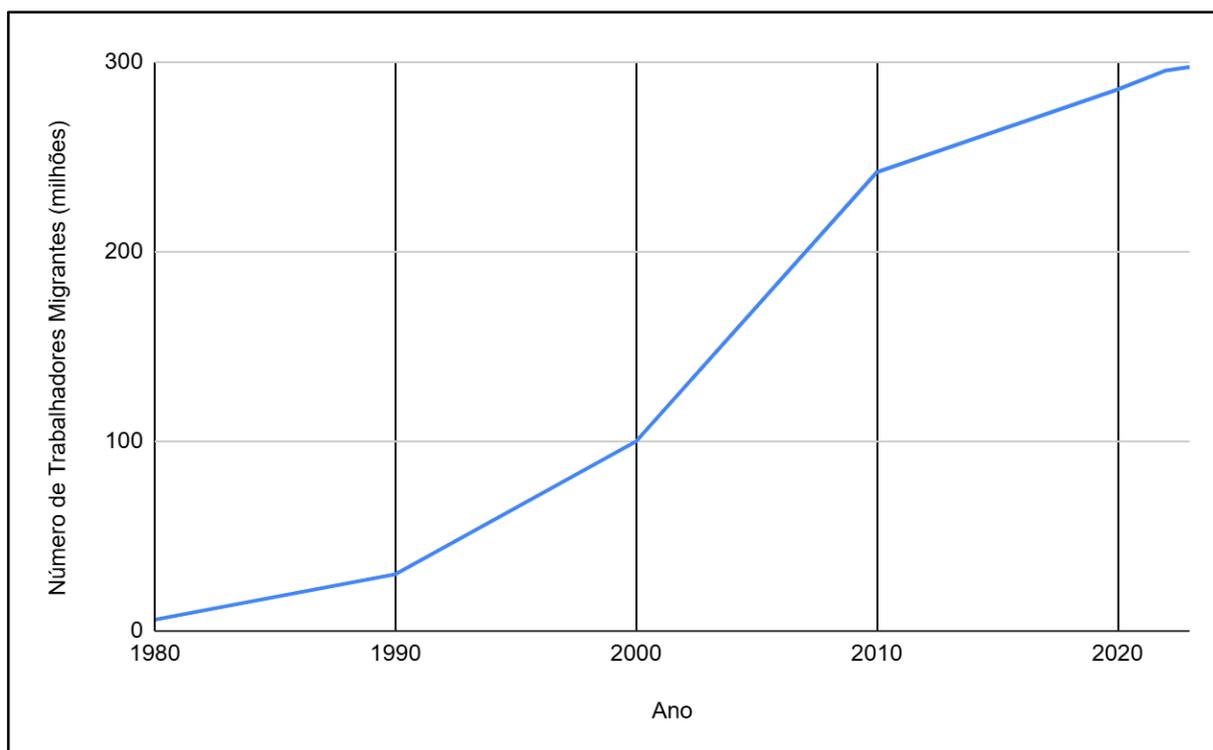


Fonte: Maddison (apud Morais, , 2011).

A partir de 1978, com o início da política de reformas econômicas e abertura, liderada por Deng Xiaoping, a China iniciou a transição rumo a uma economia industrial e urbana (Trindade, 2014). O desmantelamento das comunas rurais e a implementação do sistema de responsabilidade familiar na agricultura elevaram rapidamente a produtividade do campo e a renda dos agricultores, criando um excedente de mão de obra rural disponível para migração (Crema, 2020). Entre 1980 e 2010, a participação da agricultura no PIB caiu para cerca de 10%, enquanto a indústria e os serviços cresceram substancialmente, refletindo a mudança estrutural da economia chinesa (Morais, 2011).

Esse excedente populacional rural foi fundamental para alimentar a rápida industrialização e urbanização do país. Segundo dados do National Bureau of Statistics of China (2023), o número de trabalhadores migrantes internos, os chamados mingong, passou de 6 milhões em 1980 para mais de 290 milhões em 2023, constituindo aproximadamente 40% da força de trabalho urbana. Estes migrantes rurais formam a base da nova classe trabalhadora, atuando majoritariamente em setores industriais intensivos em mão de obra, construção civil e serviços urbanos (Ogasavara; Masiero, 2013). O Gráfico 6 ilustra a evolução do número de trabalhadores migrantes internos na China ao longo das últimas décadas. Observa-se um crescimento expressivo desse contingente populacional desde 1980 até o período recente. Nos anos 1980, o número de migrantes era relativamente baixo, mas a partir da década de 1990 há um aumento significativo, que se intensifica de forma ainda mais acentuada após o ano 2000. Esse crescimento revela como o movimento migratório interno se consolidou como um dos principais motores do desenvolvimento econômico chinês, acompanhando a expansão das zonas urbanas, industriais e de serviços, além de refletir a transformação social gerada pela modernização econômica do país.

Gráfico 6 - Número de trabalhadores migrantes internos na China ao longo das últimas décadas (em milhões)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do National Bureau of Statistics of China (2023)

Um exemplo emblemático dessa transformação é a empresa Foxconn, maior fabricante mundial de componentes eletrônicos e parceira estratégica de gigantes como Apple, Sony e Microsoft. Fundada em Taiwan, a Foxconn expandiu massivamente suas fábricas na China continental, empregando centenas de milhares de trabalhadores migrantes (BBC, 2021). Na cidade de Shenzhen, sua principal base de produção, os operários trabalham em condições intensas, com longas jornadas e pressão por alta produtividade (BBC, 2021). Em 2010, uma série de suicídios de trabalhadores da Foxconn expôs ao mundo a precariedade, o estresse e os desafios sociais enfrentados por essa nova classe trabalhadora urbana chinesa (BBC, 2021). O caso trouxe à tona debates sobre direitos trabalhistas, condições de trabalho e a responsabilidade social das grandes corporações no contexto do crescimento econômico acelerado da China (BBC, 2021). Nas décadas de 1980 e 1990, esses trabalhadores migrantes enfrentavam enormes dificuldades: a falta de acesso à seguridade social urbana, moradias precárias e a discriminação institucional reforçada pelo sistema de registro domiciliar, o hukou (Trindade, 2014).

O sistema de registro domiciliar chinês, conhecido como hukou, foi historicamente um dos principais mecanismos de divisão social no país, criando uma clara distinção entre residentes urbanos e rurais (Terra, 2016). Segundo Terra (2016), o hukou restringia o acesso dos migrantes rurais aos serviços públicos urbanos essenciais, como saúde, educação e previdência social, consolidando uma desigualdade estrutural que perdurou por décadas. Essa barreira institucional transformava os trabalhadores migrantes em cidadãos de segunda classe nas cidades, dificultando sua plena integração e perpetuando disparidades socioeconômicas entre os grupos urbanos e rurais (Terra, 2016). Dessa forma, o hukou não apenas limitava a mobilidade social e econômica, mas também impedia a redução efetiva das desigualdades regionais e setoriais durante o processo de urbanização e industrialização da China (Nogueira; Colombini, 2024).

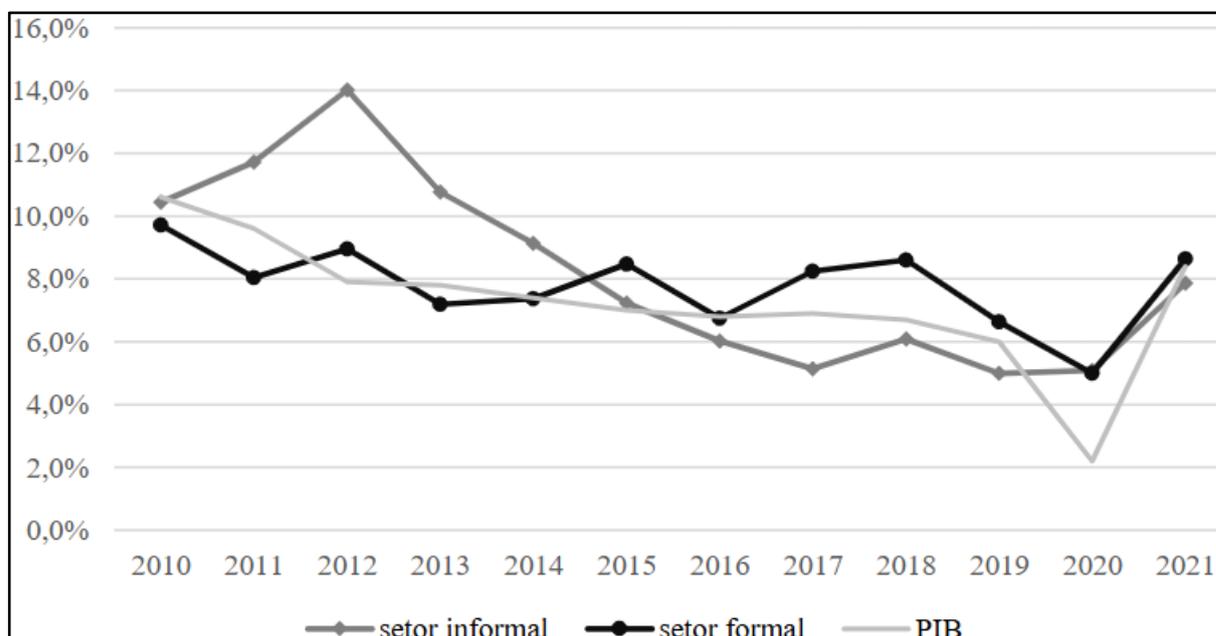
Contudo, ao longo das últimas duas décadas, houve avanços graduais para melhorar a situação dessa nova classe trabalhadora. As reformas no sistema de hukou permitiram maior mobilidade e integração dos trabalhadores migrantes, ampliando seu acesso a direitos básicos nas cidades (Escher, 2022). Embora ainda existam desigualdades, especialmente em áreas metropolitanas como Pequim e Xangai, muitos municípios médios e pequenos, como Chengdu e Wuhan, passaram a

permitir que trabalhadores migrantes obtenham residência urbana plena, o que facilita o acesso a benefícios sociais e serviços de saúde e educação (Escher, 2022).

Além disso, políticas governamentais foram implementadas para elevar os salários e melhorar as condições de trabalho. Essa transformação profunda está relacionada ao que Nogueira e Colombini (2024) caracterizam como a passagem do semiproletariado à nova classe trabalhadora na China. Inicialmente, os trabalhadores migrantes formavam um semiproletariado, pois, embora participassem do mercado urbano, mantinham laços com o campo e eram privados de plenos direitos trabalhistas e sociais (Nogueira; Colombini, 2024). No entanto, ao longo das últimas décadas, ocorreu uma transição para uma nova classe trabalhadora urbana, que, embora ainda enfrente desafios de informalidade e desigualdade, conquistou aumentos salariais e melhorias parciais nas condições de vida (Nogueira; Colombini, 2024).

Segundo os autores supracitados, entre 2009 e 2021, os salários médios urbanos cresceram de maneira expressiva, refletindo avanços significativos para essa população (Nogueira; Colombini, 2024) conforme mostrado no gráfico 7.

Gráfico 7 – Evolução dos salários médios urbanos na China (2009-2021)



Fonte: Nogueira; Colombini (2024)

Economicamente, a disponibilidade dessa vasta força de trabalho de baixo custo tornou-se um dos pilares da competitividade chinesa no comércio global, permitindo o crescimento sustentado das exportações manufatureiras (Oliveira, 2011).

O modelo de desenvolvimento baseado em investimento, poupança interna elevada e mão de obra abundante e barata resultou em taxas médias de crescimento do PIB superiores a 9% ao ano durante as décadas de 1990 e 2000 (Lyrio, 2010).

O governo também ampliou a cobertura de seguridade social para incluir trabalhadores migrantes, especialmente nas áreas de previdência, seguro de saúde e aposentadoria (Trindade, 2014). Embora persistam desafios, como a desigualdade salarial entre migrantes e trabalhadores urbanos nativos e a informalidade em setores como a economia de plataformas digitais, essas medidas representam avanços concretos na melhoria das condições de vida e trabalho dessa força de trabalho essencial para a economia chinesa (Trindade, 2014).

Segundo Medeiros e Majerowicz (2024), o “novo normal” da economia chinesa, caracterizado por um crescimento mais moderado e uma reorientação para o consumo interno e a inovação, impôs a necessidade de adaptação dessa força de trabalho. A transição para uma economia baseada em tecnologia e serviços gerou novas oportunidades, mas também expôs a necessidade de garantir maior inclusão social para esses trabalhadores e consolidar as reformas no sistema de registro domiciliar e nos direitos trabalhistas, como parte dos esforços para reduzir as desigualdades regionais e setoriais.

Em síntese, a evolução da força de trabalho chinesa desde o final dos anos 1970 reflete um processo complexo e dinâmico de transformação socioeconômica. A migração massiva de trabalhadores rurais para as cidades, impulsionada pelas reformas de Deng Xiaoping, consolidou uma nova classe trabalhadora urbana que enfrentou, inicialmente, enormes desafios, como a precariedade habitacional, a falta de acesso à seguridade social e a segmentação promovida pelo sistema de hukou. No entanto, as reformas graduais nesse sistema e as políticas de aumento salarial e de proteção social evidenciam esforços significativos para melhorar as condições de vida e trabalho desses migrantes, fundamentais para o crescimento econômico chinês. Ainda que persistam desigualdades e dificuldades, especialmente em setores informais e digitais, as conquistas alcançadas nas últimas décadas demonstram a capacidade de adaptação e de inclusão social parcial dessa força de trabalho, consolidando-a como um pilar essencial da ascensão chinesa ao status de potência industrial e tecnológica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento econômico da China, desde sua condição de país agrário até sua consolidação como uma das maiores potências industriais e tecnológicas do século XXI, reflete um processo marcado por profundas transformações estruturais, econômicas e sociais. A análise realizada permite compreender que esse avanço foi resultado da adoção de um modelo econômico híbrido, no qual coexistem práticas de mercado e forte planejamento estatal. Esse modelo, especialmente a partir das reformas iniciadas no final da década de 1970, foi determinante para promover a modernização produtiva, a expansão industrial e a inserção do país na economia global.

O percurso histórico demonstra que, apesar dos equívocos registrados em períodos anteriores, como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural, foi possível construir as bases necessárias para impulsionar as reformas posteriores. As Quatro Modernizações e a criação das Zonas Econômicas Especiais foram elementos estratégicos que permitiram acelerar o crescimento econômico, ampliar a produtividade e transformar a China no principal centro industrial do mundo.

Por outro lado, o estudo também evidencia que os custos sociais desse desenvolvimento foram expressivos. A rápida urbanização, a migração interna em larga escala e a formação de uma nova classe trabalhadora urbana expuseram desigualdades econômicas, precarização das condições de trabalho e limitações no acesso aos serviços públicos, principalmente para a população migrante sujeita às restrições do sistema hukou. Embora o crescimento econômico tenha elevado a China à posição de segunda maior economia mundial, ele também acentuou disparidades regionais e sociais, além de gerar tensões no mercado de trabalho, especialmente frente aos avanços tecnológicos e aos processos de automação.

Diante desse cenário, é possível concluir que a trajetória chinesa se configura como um exemplo relevante de desenvolvimento acelerado, capaz de alavancar crescimento econômico sustentável no longo prazo. Contudo, os desafios relacionados à inclusão social, à proteção da classe trabalhadora e à redução das desigualdades permanecem como pontos sensíveis que exigem atenção constante por parte do Estado e da sociedade.

Como limitação deste estudo, destaca-se a abordagem centrada na revisão de literatura, que, embora permita uma análise abrangente do tema, não contempla

pesquisas de campo, dados primários ou análises estatísticas mais aprofundadas, além da limitação a parte da Era de Deng Xiaoping e a dois grandes acontecimentos na era de Mao. Além disso, o recorte temporal, concentrado nas transformações econômicas e sociais até o início do século XXI, limita a compreensão dos desdobramentos mais recentes, especialmente frente às novas diretrizes do desenvolvimento tecnológico e às mudanças no cenário geopolítico global.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos empíricos que investiguem, de forma qualitativa e quantitativa, as condições atuais da classe trabalhadora chinesa, com foco nos impactos da transição para uma economia baseada em serviços, na digitalização e na automação. Além disso, seria relevante aprofundar as análises sobre as reformas sociais em curso, os efeitos das mudanças no sistema hukou e as estratégias adotadas pela China para enfrentar os desafios ambientais, demográficos e tecnológicos que impactam diretamente seu modelo de desenvolvimento. Outro ponto é um trabalho que contemple todo o desenvolvimento da China considerando a transformação industrial até o final do governo de Xiaoping e de seu sucessor, para melhor explicação e análise dos números envolvidos e da evolução dos planos quinquenais e a relação destes com a China moderna.

REFERÊNCIAS

- ASIA PACIFIC CURRICULUM. The opium wars in China, **Asia Pacific Curriculum**, 2025. Disponível em: <https://asiapacificcurriculum.ca/learning-module/opium-wars-china> Acesso em: 30 de Abril de 2025.
- BARBOSA, M; DABAT, C. I plano quinquenal e a ascensão da indústria na China. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – CARAVANA 25 ANOS DA ANPUH PERNAMBUCO, 2015, Recife. Anais... Recife, 2015.
- BBC. 70 Anos da Revolução Comunista na China: como país pobre e rural se tornou potência mundial em 4 décadas, **BBC**, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49877017> Acesso em: 30 de Abril de 2025.
- BBC. 75 anos da revolução comunista na China: o 'milagre econômico' que fez de país pobre uma superpotência global, **G1**, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/09/30/75-anos-da-revolucao-comunista-na-china-o-milagre-economico-que-fez-de-pais-pobre-uma-superpotencia-global.ghtml> Acesso em: 04 de Maio de 2025.
- BBC. Como duas décadas de expansão criaram o 'século da China', **BBC**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55989290> Acesso em: 27 de maio de 2025.
- BISPO, S; MARTINS, M; CECHIN, A. Evolução da agricultura chinesa: da fome às reformas de desenvolvimento do setor, **Ipea**, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10961/1/NT_Evolucao_da_agricultura_chinesa_Publicacao_Preliminar.pdf Acesso em: 27 de abril de 2025.
- CHINA. Programa Nacional de P&D de Alta Tecnologia (Programa 863). **Ministry of Science and Technology of the People's Republic of China**. Disponível em: <https://en.most.gov.cn/programmes1/>. Acesso em: 20 de maio 2025.
- CINTRA, M; FILHO, E; PINTO, E. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, 2017.
- COSTA, L. A modernização da China e as reformas de Deng Xiaoping: implicações políticas e econômicas. **Revista Conjuntura Internacional**, v. 10, n. 3, 2013.
- CREMA, G. Ascensão pacífica chinesa: o que isso quer dizer? **Politize**, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ascensao-pacifica-chinesa/#top> Acesso em: 15 de Maio de 2025.
- CUBERO, M; MENDONÇA, A. Transformação econômica na China: o papel do crédito bancário. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 33, n. 3, 2024.
- DORNELLES JR, A. A modernização militar da China e a distribuição de poder no Leste Asiático. **Contexto Internacional**, v. 36, 2014.
- ESCHER, F; SCHNEIDER, S. **Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2023.

GEROMEL, R. **O poder da China**. São Paulo, Editora Gente, 2019.

HEILMANN, S; SHIH, L. The rise of industrial policy in China, 1978–2012.

Cambridge: Harvard-Yenching Institute, 2013. Disponível em:

[https://www.harvard-yenching.org/wp-](https://www.harvard-yenching.org/wp-content/uploads/legacy_files/featurefiles/Sebastian%20Heilmann%20and%20Lea%20Shih_The%20Rise%20of%20Industrial%20Policy%20in%20China%201978-2012.pdf)

[content/uploads/legacy_files/featurefiles/Sebastian%20Heilmann%20and%20Lea%20Shih_The%20Rise%20of%20Industrial%20Policy%20in%20China%201978-2012.pdf](https://www.harvard-yenching.org/wp-content/uploads/legacy_files/featurefiles/Sebastian%20Heilmann%20and%20Lea%20Shih_The%20Rise%20of%20Industrial%20Policy%20in%20China%201978-2012.pdf). Acesso em: 20 de maio de 2025.

HIGA, C. Guerra do Ópio, **Uol**, 2025. Disponível em:

[https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/guerra-](https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/guerra-opio.htm#:~:text=As%20consequ%C3%Aancias%20da%20Guerra%20do,quando%20foi%20devolvida%20aos%20chineses)

[opio.htm#:~:text=As%20consequ%C3%Aancias%20da%20Guerra%20do,quando%20foi%20devolvida%20aos%20chineses](https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/guerra-opio.htm#:~:text=As%20consequ%C3%Aancias%20da%20Guerra%20do,quando%20foi%20devolvida%20aos%20chineses). Acesso em: 30 de Abril de 2025.

LYRIO, M. **A ascensão da China como potência**: fundamentos políticos internos. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

MARTI, J. A China de Deng Xiaoping. São Paulo: Nova Fronteira, 2021.

MARTINEZ, G. Reformas Econômicas e Construção Socialista na China: uma análise da evolução do “socialismo com características chinesas”. **Diário Liberdade**, 2019. Disponível em: <https://gz.diarioliberalidade.org/mundo/item/292506-reformas-economicas-e-construcao-socialista-na-china-uma-analise-da-evolucao-do-socialismo-com-caracteristicas-chinesas.html>. Acesso em: 21 maio 2025.

MEDEIROS, C. A; SERRANO, F. **Padrões monetários internacionais e crescimento**. In: FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MILARE, L; DIEGUES, A. Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa, **Revista de Economia Contemporânea**, v. 16, n. 2, 2012.

NOGUEIRA, I. **As reformas econômicas na China e a ascensão de um novo modelo de desenvolvimento**. Instituto de Economia. Tese de doutorado (Doutorado em Ciências Econômicas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

NOGUEIRA, I; COLOMBINI, I. Do semiproletariado à nova classe trabalhadora na China. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 33, n. 3, 2024

THE NATIONAL ARCHIEVES. Hong Kong and the Opium Wars: How did Hong Kong become part of the British Empire? **The National Archives**, 2025. Disponível em: <https://www.nationalarchives.gov.uk/education/resources/hong-kong-and-the-opium-wars/> Acesso em: 30 de Abril de 2025.

NUNES, J. Zonas Econômicas Especiais na China, **História 12 alfândega da fé**, 2014. Disponível em: <https://historia12alfandega.blogspot.com/2014/05/zonas-economicas-especiais-na-china.html> Acesso em: 15 de maio de 2025.

SANTOS, J. China: a ascensão de uma nova potência mundial no século XXI, **Pangeia**, 2023. Disponível em: <https://pangeia.ufrj.br/china-a-ascensao-de-uma-nova-potencia-mundial-no-seculo-xxi/#:~:text=A%20%E2%80%9Cpol%C3%ADtica%20de%20portas%20abertas,de%20investimentos%20estrangeiros%20na%20China>. Acesso em: 20 de maio de 2025

SILVA, D. Segunda Guerra Sino-Japonesa, **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/segunda-guerra-sino-japonesa.htm>. Acesso em 19 de maio de 2025.

OLIVEIRA, J. **China**: uma análise dos fatores do crescimento econômico pós abertura de 1978. Monografia de bacharelado (Bacharelado em Ciências Econômicas, Universidade Estadual Paulista, 2011.

OLIVEIRA, I; SILVA, W. Educação, intelectualidade e desenvolvimento na Nova China: breve apresentação histórica. **Zi Yue**, v. 2, n. 01, 2022.

OGASAVARA, M; MASIERO, G. Oferta do trabalho na China: o sistema Hukou e o paradoxo da escassez. **Revista Economia & Gestão**, v. 13, n. 31, 2013.

ROTHER, E. T. Revisão narrativa x revisão sistemática. **Revista Brasileira de Medicina**, v. 64, n. 1, 2007.

SANTOS, J. China: a ascensão de uma nova potência mundial no século XXI, **Pangeia**, 2023. Disponível em: <https://pangeia.ufrj.br/china-a-ascensao-de-uma-nova-potencia-mundial-no-seculo-xxi/> Acesso em: 27 de Abril de 2025

SCHOPPA, R. **Revolution and Its Past**: Identities and Change in Modern Chinese History. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2011.

SILVEIRA, J. **Estado como agente vivo da economia chinesa**: interpretações sobre os 40 anos da política de reforma e abertura. Dissertação de mestrado (Mestrado em Economia), Universidade do Vale dos Rios dos Sinos, 2018.

SPENCE, J. **Em busca da China moderna**: quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SPERANCETE, L. As "quatro modernizações" e o processo reformista chinês entre 1978 e 1992: uma análise estrutural. **Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 33, n. 2, 2021.

SOUZA, R. A Revolução Chinesa de 1949, **Brasil Escola**, 2025. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/china/a-revolucao-chinesa-1949.htm> Acesso em: 27 de abril de 2025.

STATIST. Degree of urbanization in China in selected years from 1980 to 2024, **Statist**, 2025. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/270162/urbanization-in-china/> Acesso em: 30 de Abril de 2025.

TERRA, P. **A urbanização chinesa**: a transformação de uma economia rural em uma economia urbana. Monografia de bacharelado (Bacharelado em Ciências Econômicas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

TRINDADE, R. **Liderança e mecanismos da modernização chinesa na era de Deng Xiaoping**: desfechos de um grande rompimento. Dissertação de mestrado (Mestrado em Política Social), Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

UNGARETTI, C. O 14º Plano Quinquenal (2021-2025) da China em Perspectiva Doméstica e Internacional: Economia, inovação e meio-ambiente, **Nebrics**, 2021.

Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics-mais/2021/04/30/o-14o-plano-quinquenal-2021-2025-da-china-em-perspectiva-domestica-e-internacional-economia-inovacao-e-meio-ambiente/#:~:text=O%20que%20s%C3%A3o%20os%20Planos,econ%C3%B4mica%20da%20antiga%20Uni%C3%A3o%20Sovi%C3%A9tica>. Acesso em 02 de Maio de 2025

VIDAL, I. Como a China passou de um país pobre e feudal a uma potência mundial, **Forum**, 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/chinaemfoco/2024/9/30/como-china-passou-de-um-pais-pobre-feudal-uma-potncia-mundial-166499.html> Acesso em 02 de Maio de 2025

VIEIRA, V. O Sistema Teórico do Socialismo com Características Chinesas: Desenvolvimento como base ideológica dos pensamentos de líderes do Partido Comunista da China. **Sociedade e Estado**, v. 39, n. 1, 2024.